



OS REFORMADOS/APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS EXIGEM DO GOVERNO MEDIDAS EXTRAORDINÁRIAS

Portugal vai ter em muitas ruas, no próximo dia 24, concentrações e manifestações de cidadãos inconformados com a sua situação, numa ampla iniciativa do MURPI, a Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos. Trata-se de uma resposta, em conjunto com a Inter-Reformados, que compreenderá tribunas públicas, desfiles, bancas ou entregas de documentos.

O direito a envelhecer com dignidade é sistematicamente posto em causa quando se não garante o direito à autonomia social e económica com o pagamento de valores baixos das reformas e pensões condenando-nos a níveis da pobreza e do empobrecimento progressivo de outras camadas sociais de reformados.

Nunca o poder de compra das remunerações do trabalho ou das reformas e pensões perderam tanto num só ano como em 2022 em que a inflação média verificada se situou nos 8,4%.

Na atual situação social e económica de especulação financeira provocada pela espiral inflacionária, os trabalhadores que vivem do seu trabalho com salários ridiculamente atualizados (0,9% na administração pública), com o bloqueio patronal à contratação colectiva e, também os reformados e pensionistas que viram o Governo faltar ao cumprimento da lei, o que fez encolher as pensões e as reformas face ao crescimento dos preços.

Trata-se de um corte substancial no aumento das pensões em 2023 que terá efeitos negativos nos anos seguintes com impactos na saúde física e mental, na autonomia social e económica e no agravamento das desigualdades.

O custo de vida aumenta, os valores auferidos pelos salários e pensões são manifestamente insuficientes para fazer face ao aumento galopante dos preços de bens essenciais, enquanto aumenta a onda especulativa que faz engrossar os lucros de grandes grupos económicos, nomeadamente, da energia, dos bancos e do setor de distribuição de produtos alimentares e farmacêuticas.

Esta situação é insustentável e exige a urgente tomada de medidas de emergência social propostas pelo MURPI e pelas estruturas de reformados do movimento sindical - Inter-Reformados.

A resposta mais certa e segura passa pela intensificação da luta, pela emergência do aumento real dos salários e das pensões e pelo controlo de preços dos bens alimentares do cabaz de compras e de serviços essenciais.

É urgente, necessária e justa a reivindicação do aumento extraordinário mínimo de 60 euros para todas as pensões.

É urgente e necessário garantir o direito à reforma aos 65 anos de idade ou aos 40 e mais anos de contribuições à Segurança Social e a abolição do fator de sustentabilidade.

O desinvestimento no Serviço Nacional de saúde (SNS), o desrespeito pelos direitos dos seus profissionais, favorece a ampliação do negócio privado em torno da doença e está a gerar



profundas desigualdades no acesso à saúde da população, designadamente idosa. Exigimos investimento nos cuidados primários, nas consultas de especialidade do SNS.

Exigimos a criação de uma rede pública de equipamentos e de apoios sociais, nomeadamente apoio domiciliário e a construção e edificação de uma rede nacional de residências para a população idosa.

É fundamental incentivar e apoiar em termos logísticos e financeiros, o retomar da vida associativa, assegurando o normal funcionamento das Associações de Reformados e das suas atividades culturais, sociais e lúdicas.

Reafirmando a solidariedade intergeracional, os trabalhadores e os reformados exigem o pagamento de justos salários e pensões, que combatam as injustiças e as desigualdades sociais.

Exigimos respeito para com todos nós que após uma longa vida de trabalho merecemos ser tratados com dignidade.

Em todo o País, milhares de reformados, aposentados, pensionistas e idosos, nas cidades e vilas, protestam contra as condições sociais e económicas, em que se encontram resultante das políticas gravosas do Governo que teima em não dar resposta satisfatória às propostas das suas organizações representativas.

Luta que tem hoje uma etapa importante, nesta acção nacional descentralizada, conjunta do MURPI e da IR/CGTP-IN que contribuirá para o reforço das lutas que continuam, nomeadamente em 9 de fevereiro, Dia Nacional de Indignação, Protesto e Luta.

Os participantes na ação aprovam esta resolução que vai ser enviada ao Governo, à Assembleia da República e também à comunicação social.

Pelo justo combate ao aumento do custo de vida.

Exigimos um aumento extraordinário mensal de 60 euros.

Pela fixação de preços de produtos do Cabaz de compras!

Pela reposição do poder de compra e a valorização dos salários e pensões!

Viva a luta dos reformados, aposentados, pensionistas e idosos!

As Organizações de Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI e INTER-REFORMADOS/CGTP-IN)

24 de janeiro de 2023